

EMENDA DA CONSTITUINTE

Câmara dos Deputados recusa
maioria à anistia irrestritapor Carlo Iberê de Freitas
de Brasília

Esgotados fisicamente depois de duas votações tumultuadas que se estenderam até a madrugada, ontem, na reabertura da sessão do Congresso, às 10h30, 250 deputados e 38 senadores decidiram pelo adiamento da votação dos destaques do substitutivo que convoca a Constituinte. A votação dos destaques e o segundo turno obrigatório em emendas constitucionais ficam para depois das eleições de 15 de novembro, na semana entre 18 e 25 de novembro.

Até ontem, foram votados, em primeiro turno, apenas o substitutivo de Valmor Giavarina e dois destaques. Um proposto pelo deputado Haroldo Lima (PC do B-BA), que excluía a participação na Constituinte dos senadores eleitos em 1982. O destaque foi rejeitado por 278 votos contra 94 e uma abstenção. Outro destaque votado, depois de um dia intenso de negociações, inclusive com a convocação de uma reunião de emergência do Conselho Político do governo, foi a emenda Jorge Ueque (PMDB-RS), que concedia anistia ampla, geral e irrestrita a militares e civis.

A votação da emenda Ueque começou às 2h30 da madrugada de quinta-feira. Antes, muitas articulações — no sentido de simplesmente adiar a votação para que o PMDB não se desgastasse diante das eleições municipais — foram tentadas. Estas articulações deram-se principalmente por iniciativa de vice-líderes como Airton Soares (SP) e Artur Virgílio (AM). Outros vice-líderes, que depois votaram a favor da emenda Ueque, trabalharam para negar quórum e preservar o voto de Ulysses Guimarães e Fernando Henrique Cardoso. O não dos dois líderes paulistas, segundo os deputados, "derrotaria o PMDB em muitas capitais e entregaria a eleição para Jânio Quadros em São Paulo".

A emenda do deputado Jorge Ueque acabou derubada, porque não houve maioria suficiente para sua aprovação. Para aprovar a emenda, eram necessários 320 votos favoráveis de deputados. Mas apenas 206 votos foram favoráveis à anistia irrestrita. Houve

Ulysses defende a rejeição

por Carlo Iberê de Freitas
de Brasília

Para evitar uma crise que abalaria as relações entre as lideranças do governo no Congresso e os ministros da área militar, os deputados Ulysses Guimarães e Pimenta da Veiga subiram à tribuna e defenderam a rejeição da Emenda Jorge Ueque (PMDB-RS), que concedia anistia ampla, geral e irrestrita a militares e civis. As negociações para ampliar a anistia duraram todo o dia de quarta-feira, indo até o início da madrugada de ontem.

O presidente do PMDB explicou que na noite anterior — quando foi aprovado o destaque — seu apoio se baseou em "dois requisitos ou pressupostos: primeiro, porque o líder Pimenta da Veiga liberou a bancada; depois, porque tive o cuidado de ouvir todas as forças políticas e este era o sentido político da votação". A seguir, Ulysses Guimarães informou às galerias e ao plenário, que ouvia em completo silêncio, que votaria contra a emenda Ueque porque as

154 votos contra. Como a emenda não passou na Câmara, não foi necessária sua apresentação no Senado. O presidente da Câmara dos Deputados e presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, votou contra a emenda da anistia irrestrita.

O FUTURO

O líder do governo na Câmara não crê que a rejeição da emenda Ueque enfraquecerá o partido: "O PMDB está na frente dos outros partidos em muitas capitais, e a votação repercutirá muito favoravelmente nas eleições municipais". O deputado explica sua convicção "porque a anistia que vamos conceder é tão ampla como a de Ueque, só que escrita de forma diferente".

Para a próxima votação, Pimenta da Veiga espera "um ambiente mais tranquilo", embora considere "ontem (quarta-feira) um dia de glória". O líder negou "qualquer tutela mili-



Ulysses Guimarães

negociações não haviam evoluído, além de "o líder (da bancada, Pimenta da Veiga) recomendar o voto já conhecido desta Casa". A recomendação era derrubar a Emenda Ueque.

Atento às implicações que seu voto provocaria na situação dos candidatos do partido às eleições municipais, o deputado anunciou sua esperança de que "dentro em breve a

anistia passe a ser uma prerrogativa exclusiva desta Casa e possamos continuar o aperfeiçoamento deste instrumento de pacificação da sociedade". Como a emenda foi rejeitada somente com a votação da Câmara, o senador Fernando Henrique Cardoso, candidato à prefeitura de São Paulo, não precisou proclamar seu voto de rejeição.

Pimenta da Veiga lembrou que "o acordo penoso" foi resultado de "negociações com as lideranças políticas mais representativas do Congresso e até os anistiadados". Atacou a Emenda Ueque, porque anistia "aqueles que cometeram barbaridades depois de 1979". O líder do governo foi claro: foi contra Ueque "para que não sejam anistiadados criminosos como os do Riocentro". Pimenta da Veiga também chamou a atenção do seu partido "nesta hora extremamente grave". O líder disse que "o partido encontra sua identidade e estaremos fracionando definitivamente esta grande agremiação política que teve a mais bela história de todas as que o Brasil já teve".

tar nas negociações. "Naturalmente que negociamos com todos os setores, ouvimos militares, a sociedade civil e as lideranças políticas". Pimenta da Veiga lembrou que a votação só foi possível pelo entendimento com o PDS e acusou os partidos pequenos: "Os pequenos quiseram reduzir o brilho da vitória do PMDB e sensibilizaram os companheiros menos desavisados, mas no final não adiantou".

Para a próxima votação fica faltando apreciar o destaque pedido pelo deputado José Bonifácio de Andrada (PDS-MG), que pode acabar com os mandatos dos deputados e senadores no momento em que for promulgada a nova Carta. Se aprovado, abre caminho para que a Constituinte dissolva a Câmara e o Senado eleitos em 1986. A tese enfrenta resistência na bancada do PMDB no Senado. Na Câmara, o líder Pimenta da Veiga disse que "a idéia nos agrada, vamos

votar a favor, porque se aproxima da Constituinte desejada".

Outro destaque é na questão da promulgação da Constituinte. Pelo substitutivo Giavarina, ela seria promulgada no curso da primeira sessão legislativa da 4ª Legislatura. Com o destaque, esta obrigatoriedade fica excluída, podendo a Constituinte prorrogar-se por mais um ano.

Os últimos destaques são no artigo da anistia. Retiram-se as palavras "conexos" e "civis", na configuração dos crimes. A medida visa ampliar a anistia. As expressões estão no art. 4º, parágrafo 1º do substitutivo. No art. 4º, parágrafo 3º, será votada a supressão da expressão "pelo princípio de antiguidade", o que libera a promoção para civis e militares baseada em critérios de merecimento, títulos, etc. O destaque foi pedido pelo líder do PDT, Nadir Rossetti (RS).

Richa: "Não houve capitulação"

por Milton Wells
de Porto Alegre

O governador do Paraná, José Richa, rejeita a interpretação segundo a qual o governo teria sofrido um desgaste ao não permitir a aprovação da subemenda Jorge Ueque (anistia ampla, geral e irrestrita). Afirma que o País vive um período de transição para a democracia, o que pressupõe a negociação de toda conquista política. "Sem isto, o atual equilíbrio institucional ficaria rompido", observou. Richa também não concorda com a tese de que os militares compeliaram o governo a assumir uma posição contrária ao dispositivo do parlamentar gaúcho. Disse que houve um acordo apenas no que se refere à parte técnica da questão, mas não em ter-

mos políticos. "Não houve capitulação do governo Sarney para os militares", assegura Richa.

Defensor da convocação de uma Constituinte exclusiva, o governador do Paraná acha que o governo pode e deve buscar uma fórmula conciliatória. A primeira questão a ser abordada seria a participação dos senadores remanescentes das eleições de 1982 e que devem ser incluídos na Constituinte. Outra seria a imediata revogação da legislação eleitoral implantada, através do "pacote" de abril de 1977, pelo ex-presidente Ernesto Geisel. Ele concorda que a proporção de votos para eleger deputados e senadores favorece, no momento, ao Nordeste, colocando a reforma eleitoral como

pré-requisito da Constituinte congressual.

ELEIÇÕES

O PMDB precisa ganhar as eleições para poder continuar com seu programa social, disse Richa. A seu ver, as próprias contradições do partido no Congresso refletem a preocupação de mostrar-se coerente com o discurso político, qualificando a vitória eleitoral como imprescindível para a continuidade do programa da Aliança Democrática. "Não é possível que, sete meses depois de ter conquistado a democracia, sejamos repelidos pelo povo", observou. Ele apontou como um retrocesso a eventual vitória de Jânio Quadros em São Paulo, mas admitiu que no Rio de Janeiro o melhor candidato pertence ao PDT, o senador Roberto Saturnino Braga. Mas explicou:

"O senador é um velho conhecido meu e se configura num respeitável homem público. Isto, no entanto, não quer dizer que sua vitória será a vitória de Brizola, pois Saturnino não é um brizolista convicto."

Richa assegurou que o PMDB deve vencer no Paraná e na maioria das capitais. Em Porto Alegre, ele

participou, juntamente com o deputado Dante de Oliveira, de gravações que serão utilizadas no espaço eleitoral pelo candidato à prefeitura de Porto Alegre, pelo PMDB, Francisco Carrion Júnior. Ontem, aliás, o PMDB gaúcho viveu um dia de festa. Pela manhã, com a presença do ministro da Agricultura, Pedro Simon, e toda a cúpula regional, assinou ficha partidária o presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS), Luiz Octávio Vieira.

PESQUISA

A última pesquisa do Instituto Gallup, a ser publicada na imprensa antes das eleições, deverá refletir um novo avanço do candidato pemedebista à prefeitura de Porto Alegre. A expectativa é do próprio candidato Carrion Júnior. Ele acha que a redução para até 3 pontos percentuais de sua diferença em relação ao candidato do PDT, Alceu Collares, lhe concederá maior confiança na alteração do atual quadro político no Rio Grande do Sul. No momento, de acordo com o Gallup, Collares mantém 40% da preferência, diante de 33% dados a Carrion Júnior.

Deputado vê influência
de ministros militares

O deputado federal Dante de Oliveira (PMDB), autor da emenda das diretas, condenou ontem as manifestações dos ministros militares contra a volta de cassados à ativa, que, a seu ver, influíram para que o Congresso rejeitasse a emenda que previa anistia ampla e irrestrita, apresentada pelo deputado Jorge Ueque. De licença desde junho para concorrer à prefeitura de Cuiabá, Dante de Oliveira disse que, se estivesse em plenário, votaria a favor da emenda por entender que "a democracia deve atingir a todos", segundo a Agência Globo.

"A anistia ampla e irrestrita era um requisito que, no meu entender, seria passo importante para caracterizar o processo de transição. Infelizmente, temos de acatar a decisão soberana do Congresso Nacional."

Para Dante, o PMDB deverá vencer as eleições de novembro em quinze ou até dezessete capitais brasileiras. Na sua opinião, as disputas mais difíceis são justamente em Porto Alegre e na sua cidade. Justificou que, em Cuiabá, o PMDB enfrenta o PDS "mais reacionário do Brasil, pois lá se uniram os malufistas com o PDT".

Para Simon, o Congresso
agiu com independênciapor Jane Filipon
de Porto Alegre

O Congresso Nacional nunca agiu com tanta independência, na opinião do ministro da Agricultura, Pedro Simon, ao votar a convocação da Assembleia Nacional Constituinte e a subemenda do deputado Jorge Ueque (PMDB-RS), que altera o artigo 4º do substitutivo Valmor Giavarina e concede anistia ampla, inclusive para os militares.

A derrota da subemenda não ocorreu por coação, conforme Simon. "Cada deputado votou de acordo com sua consciência e o meu partido, o PMDB, não fez reuniões para intimidar ninguém."

Segundo ele, a Constituinte exclusiva é a grande fórmula. "Respeito e admiração o trabalho da OAB e da CNBB, neste sentido, mas

tenho dúvidas de que o candidato avulso, em vez de independente, passe a representar corporações." Simon reconhece que as intenções das entidades que defendem a Constituinte exclusiva "são puras, mas não integram a nossa tradição".

O governador do Rio Grande do Sul, Jair Soares, acha que a anistia ampla é necessária, mas que a política, às vezes, precisa seguir o bom senso. Ele, porém, ressaltou que, se existia um acordo de que militares punidos não seriam reitegrados às Forças Armadas, os compromissos devem ser preservados. Soares não acredita que a subemenda, uma vez derrotada, possa trazer problemas políticos mais sérios. E tampouco refletir nas eleições para as prefeituras municipais no dia 15 de novembro.